

É uma pena, Sr. Presidente, que o Governo não houvesse antes discutido, clara e lealmente, com a Oposição brasileira.

Gosto de dizer as coisas de maneira clara. Compreendo que, por questões tais ou quais, sábias ou erradas, o Governo não pudesse ou não quisesse chegar até ao ponto que é o da Oposição, da anistia sem peias. Mas, ainda assim, a negociação só poderia trazer vantagens. E se o Governo, aqui e agora, numa primeira fase, não pudesse se associar à bandeira oposicionista, creio que muitos dos defeitos do projeto poderiam ser elididos, poderiam ser riscados. Mas, não. Mas, nada. A grande alegação para limitar a anistia foi de que o Governo não anistiará terroristas. Este eu creio que tem sido um dos pontos mais em evidência colocados pelos defensores do projeto.

Jamais defendi, e espero em Deus jamais defender, atos de violência. A violência para mim não apenas é antinatural, como contrária à natureza humana, como também o é, e por isto mesmo, um atentado aos princípios democráticos. A democracia se funda na persuasão e a persuasão na palavra inteligente; e o ato de violência é a negação da inteligência, e a negação da palavra é a negação da persuasão. De modo que não há necessidade de grandes demonstrações a esse respeito, porque figuro entre os primeiros a repelir, da maneira mais profunda, qualquer ato de violência.

Mas, manda a verdade, Sr. Presidente, que seja lembrado que nós atravessamos uma longa e escura era de violências de toda a ordem — e o mais grave ainda é que muitas dessas violências foram cometidas por aqueles que, mais do que quaisquer outros, não podiam praticá-las.

Será um ato de persuasão democrática? Será um ato que se possa conciliar com a natureza, com a essência da democracia, um AI-2, por exemplo, que começou por institucionalizar a desordem em nosso País? Depois do AI-2, o AI-5, que veio não apenas institucionalizar a desordem mas inaugurar um período sombrio, um período negro, um período repulsivo da História brasileira, quando a violência, nas suas feições mais bárbaras, nas suas modalidades mais repulsivas, nas suas degradações mais repugnantes, vicejou e prosperou neste País, sob o signo falso da ordem que não é ordem, da ordem que é desordem, porque da ordem que é crime.

Depois do AI-2 e do AI-5 houve quem veio praticar contra o Brasil aquilo que passou a ser conhecido como o "pacote infame", como o "pacote de abril". E isto não é desordem? E isto não é violência? E isto não é crime? E isto não é subversão? Mas notem os Srs. Congressistas que estes atos não foram praticados por jovens imberbes e inexperientes; estes atos foram praticados por homens que, pela idade e pela autoridade, não podiam jamais praticá-los e, ainda mais, foram praticados com quebra de juramento de honra feito perante a Nação. Isto não é violência? Isto não é de causar uma reação proporcional à própria desqualificação desses atos?

Mas, se sairmos do plano alto, das camadas governantes, e mergulharmos no subsolo da administração, então, Sr. Presidente, é preciso recorrer aos versos, com que Dante retratou o inferno, para bosquejar o que se passou no subsolo da administração neste País.

De uma feita, da tribuna do Senado, o Líder do Governo chegou a dizer, diante das críticas da Oposição, que o Governo não respondia pelo que se passava nos porões da Administração. Está nos Anais. Ao tempo, eu disse que, graças à palavra do porta-voz do Governo, esse Governo tinha porões, e que, pelo que ocorria nos porões do Governo, ele não respondia. Completei que corria o risco de o mau cheiro dos porões chegar até os salões do Governo.

Ai estão, Sr. Presidente, as denúncias que se repetem sobre as violências praticadas no fundo das masmorras, em outras palavras, a respeito das torturas praticadas nas dependências da Administração.

Eu, Sr. Presidente, que repilo a violência, que repilo o terrorismo em todas as modalidades, pergunto: qual a diferença que existe entre um terrorista e um torturador? Qual é?

São tipos do mesmo gênero, e, se ainda fosse preciso estabelecer uma ordem, creio que o terrorista, que em campo aberto pratica o seu ato vandálico, correndo os riscos da sua ação, ainda é menos condenável do que aquele que, ungido de autoridade, abusando da lei, do silêncio das noites, protegido pela ausência de testemunhas, servindo-se de um objeto — porque já deixa de ser uma pessoa humana, para ser um objeto — exercer sobre um pobre, sobre um miserável objeto humano, a crueza dos seus instintos bestiais. (Palmas.)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, como teria sido bom que estas coisas pudessem ser ditas num ambiente sério e alto, como deve ser uma discussão do Governo com a Oposição, da Oposição com o Governo; como teria sido bom que estas coisas pudessem ser examinadas com franqueza e lealdade, antes que o

projeto, como obra definitiva do pensamento do Governo, tivesse chegado a esta Casa.

Agora, Sr. Presidente, a sorte está lançada, temos de votar circunscritos pelas modalidades regimentais.

A Oposição nesta Casa reivindica a glória de ter criado as condições para que a anistia pudesse chegar a esta Casa, ao mesmo tempo em que declara que este projeto, que aqui está, está longe do seu modelo ideal.

Deplora, Sr. Presidente, que um ato de sabedoria não tenha alargado os limites deste projeto, porque aquilo que sair daqui, na tarde de hoje, será a semente que vai germinar, vai florescer e vai vencer. Hoje, estamos vencendo uma batalha, mas a guerra, a campanha, digo melhor, a campanha pela anistia, pela anistia sancionadora, pela anistia pacificadora, esta continuará, não vai continuar amanhã, porque vai prosseguir hoje.

Votado hoje o projeto da anistia restrita ou da anistia mesquinha, ou da anistia caolha ou da anistia paralisante, hoje, ainda hoje, daqui diremos ao Brasil: A nossa vitória está longe, ainda, de ser alcançada, mas, dia mais, dia menos, ela virá, pela voz dos homens que, no fundo das trevas, não perdendo a esperança, anunciavam ao Brasil a anistia para os brasileiros. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, como Líder.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A impressão que se tem, principalmente alguém com pouca vida política como eu, é de que o dia de hoje, a manhã, que já é tarde, estaria marcado por uma posição odienta da maioria que estaria votando leis por seu turno imensamente restritivas às liberdades individuais. Se assim fosse, talvez nós, do Governo, talvez nós, da maioria, não estivéssemos recebendo tantas imprecações, tantos insultos e tantos doestos.

No entanto, Sr. Presidente, um dos jornais mais categoricamente contrários ao Governo e um dos mais conceituados jornais desta República, que meu ilustre correspondente no Senado da República, o Líder Paulo Brossard, usa com muita frequência ler-lhe os editoriais, no dia 1.º de julho escreveu a respeito do projeto de anistia estas palavras, que vêm muito ao propósito para o clima que aqui hoje estamos vivendo. Diz o jornal:

"O presidente João Baptista Figueiredo enviou um projeto de anistia ao Congresso Nacional. Julgá-lo pela só extensão e alcance, ignorando contumazmente a intenção que enfatiza, é ceder à má fé, que só sabe arguir deficiências e privilegiar falhas. Aos que assim lamentam não ser a anistia da iniciativa presidencial a anistia "ampla, total e irrestrita" de suas proclamações retóricas e que se recusam a examinar-lhe as virtualidades, caberia perguntar: a má fé, o individualismo faccioso, o preconceito não erguem, de si, formidáveis limitações à anistia — a qualquer anistia?"

A palavra é do jornal *O Estado de S. Paulo*. Em regra... Gosto de ouvir esse tipo de manifestação primária dos meus colegas, de alguns deles, e gosto de ouvir, porque, em regra, *O Estado de S. Paulo* é citado no Senado da República como grande exemplo de combate aquilo que eu represento no Senado. Mas agora, agora, *O Estado de S. Paulo* merece valas.

Vou acostumando-me aos poucos, Sr. Presidente, com isto.

Anistia restritíssima, disse alguém, imortal, disse outro, e uma anistia que, em duas mil duzentas e sessenta pessoas anistiáveis, anistia duas mil e duzentas, apenas sessenta ficam do lado de fora. E ficam do lado de fora não se dizendo que ficarão permanentemente. Ficam do lado de fora tendo o Presidente da República autorizado a mim, como seu Líder no Senado, a, no momento de ler a Mensagem que chegava às duas Casas do Congresso, dizer que este era o primeiro passo de uma primeira fase.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como Líder do Governo, tive oportunidade de receber em meu gabinete várias comissões, de militares, de artistas, de intelectuais, que nos procuravam, colocando os seus pleitos.

Recebêmo-los, Sr. Presidente, com a homenagem que devíamos prestar à dignidade de cada um.

Não é, seguramente, esta gente que hoje está aqui. (Muito bem! Palmas. Apupos. Manifestação das galerias.) Não a reconheço, não posso reconhecê-la.

Não é, seguramente, aquela que vociferava, a mesma que ontem, humildemente, pedia que se ampliasse a anistia, em seu benefício.

Quando Molière escreveu as suas "Figuras Inapagáveis da Vida do Teatro", quando ele sobretudo se deteve em Tartufo, ele sabia que estava descrevendo uma figura do seu mundo contemporâneo, mas que o estava projetando para o futuro, com segurança, sim, daqueles que, na mão esquerda — e sempre à esquerda — trazem a

Bíblia e vociferam, espumam ódio no momento em que, aqui desta tribuna, com o dedo erguido contra nós, faziam as mais violentas ameaças.

L'am palavras que a eles sabiam mais como se fossem do gosto do Velho Testamento do que do Novo Testamento.

Não era Amor, Sr. Presidente; era Ódio.

"Ai daqueles que...! — Com toda a arrogância; "Ai daqueles que...!"

E, em seguida, outro declarou: "Marcharemos juntos para derubar essa ditadura fascista e sanguinolenta que aí está."

É este Governo que, em total ignorância desse tipo de doença, compreende que o seu dever é maior que a sua sensibilidade para os tipos de ofensas que são primárias. Não deve o Governo perder-se, não deve a Maioria irritar-se; ao contrário, a nós cabe, como coube ao Presidente, o gesto aberto de generosidade, o primeiro. Se ele é aceito, muito bem, e haverá segundo, e haverá terceiro, e haverá perspectiva.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, abaixo o ódio, abaixo a intolerância, abaixo a mosca que se ergue, defendida por um Sr. Senador, para dizer que esta é a Nação brasileira. Falam em nome da Nação como se dela tivessem procuração. Pétain também falava em nome da nação francesa. Onde está a Nação que não esteja também ao nosso lado, que não esteja com o relator Ernani Sátyro, que não esteja com o apoio que lhe vamos dar? É esta nação que vai se pronunciar em seguida. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Encerrada a fase de encaminhamento da votação.

Sobre a mesa, requerimento de destaques que serão lidos pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO N.º 13, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para rejeição da expressão "... crimes eleitorais..." constante do texto do art. 1.º do Substitutivo da Comissão.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 14, DE 1979

Senhor Presidente:

Nós termos regimentais, requeiro destaque para rejeição das expressões "funcionário ou", constantes do art. 3.º do Substitutivo da Comissão Mista ao Projeto de Lei n.º 14, de 1979-CN.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — Deputado Nelson Marchezan.

REQUERIMENTO N.º 15, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para rejeição do art. 11 do Substitutivo da Comissão.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 16, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 53 de autoria do Deputado Djalma Marinho.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 17, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 70 de autoria dos Deputados Marcelo Cerqueira e Modesto da Silveira.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 18, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 72 de autoria do Senador Lázaro Barboza.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 19, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 113 de autoria do Deputado Benjamim Farah.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 20, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 129 de autoria do Deputado Paulo Torres.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 21, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 181 de autoria do Deputado Benjamim Farah.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 22, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 188 de autoria do Deputado Benjamim Farah.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 23, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para aprovação da Emenda n.º 35 do Deputado Cantídio Sampaio.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — Nelson Marchezan.

REQUERIMENTO N.º 24, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação dos §§ 2.º e 3.º do art. 4.º da Emenda n.º 8 de autoria do Deputado JG de Araújo Jorge e outros.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 25, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação do art. 5.º e parágrafo único da Emenda n.º 8 de autoria do Deputado JG de Araújo Jorge e outros.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 26, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para aprovação da Emenda n.º 91, que acrescenta parágrafo ao art. 1.º, do Projeto de Lei n.º 14, de 1979-CN.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — Freitas Nobre — Walter Silva — Edson Khair.

REQUERIMENTO N.º 27, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 224 de autoria do Deputado Benjamim Farah.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 28, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 227 de autoria do Deputado Fernando Coelho.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — Freitas Nobre, Líder do MDB.